

# ENTRE RASCUNHOS E PUBLICAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DAS CRÍTICAS DE EÇA DE QUEIROZ SOBRE A SOCIEDADE PORTUGUESA (1878-1889)

 *Virgílio Coelho de Oliveira Júnior*<sup>1,2</sup>

## RESUMO

Objetiva-se analisar as narrativas de Eça de Queiroz, considerando-as parte de um processo de compreensão sobre a realidade social portuguesa. Para tanto, são discutidos alguns pontos importantes das obras literárias do autor, da sua escrita epistolar e noticiosa. Almeja-se demonstrar que as críticas direcionadas à sociedade lusitana imiscuem-se com as incertezas, dúvidas, angústias e seleções que fazem parte da elaboração estética do autor.

## PALAVRAS-CHAVE

Eça de Queiroz – Portugal no século XIX – História intelectual.

1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte – Brasil

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG, *Campus Nova Suíça*. E-mail [virgiliocoe-lhobh@gmail.com](mailto:virgiliocoe-lhobh@gmail.com)

# BETWEEN DRAFTS AND PUBLICATIONS: EÇA DE QUEIROZ'S CRITICISMS OF PORTUGUESE SOCIETY (1878-1889)

---

## ABSTRACT

This paper analyzes the novels by Eça de Queiroz as textual incursions to understand the Portuguese social reality. To do so, it discusses some key points of the author's literary works, his letters and press texts, demonstrating how the criticisms directed at Portuguese society are intertwined with the uncertainties, doubts, anxieties and selections that make up the Queiroz's aesthetic elaboration.

## KEYWORDS

Eça de Queiroz – 19<sup>th</sup> century Portugal – Intellectual history.

Recebido em: 20/11/2020 – Aprovado em: 31/11/2021

Eça de Queiroz é considerado um dos maiores escritores da língua portuguesa. Esse reconhecimento foi construído, na realidade, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando as desconfianças modernistas em relação aos autores ligados às correntes literárias do século XIX, começaram a cessar<sup>3</sup>. Depois desse relativo ostracismo, a obra do romancista passou a ser objeto de inúmeros trabalhos – nos mais diferentes países – destacando-se, dentre as possibilidades de análise, o potencial dessa produção intelectual para se pensar de forma crítica a realidade social portuguesa oitocentista. Esse interesse em torno das narrativas queirozianas renovou-se, sobremaneira, a partir do centenário da morte do romancista, no início dos anos 2000<sup>4</sup>. Desde então, além de se problematizar as obras canonizadas, desenvolveu-se uma atenção renovada para os textos, rascunhos e demais produções publicadas postumamente, muitas delas deliberadamente engavetadas pelo escritor<sup>5</sup>. Isso sem mencionar a crescente divulgação das correspondências do romancista, que tem possibilitado novas interpretações e abordagens.

Este artigo faz parte de um esforço investigativo que se alinha precisamente às pesquisas que tentam destacar a relevância das narrativas de Eça de Queiroz para se pensar nos processos de compreensão da realidade social portuguesa. E entende-se que compreender é, antes de tudo, construir. Trata-se de um processo fundamental para a elaboração da existência, como nos ensinou Walter Benjamin; uma construção de sentidos que torna possível (ou factível) as vivências

---

3 Sobre esse debate, cf. GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*: elementos básicos. São Paulo: USP; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969; VELLOSO, Mônica Pimenta. Lembrar e esquecer: a memória de Portugal na cultura modernista brasileira. *Revista Semear*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 69-86, 2001.

4 Como exemplo de obra que marca essa efeméride, cf. SCARPELLI, Marli Fantini; OLIVEIRA, Paulo Motta (Org.). *Os centenários*: Eça, Freyre e Nobre. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

5 Dentre os pesquisadores que têm trabalhado com os “silêncios” de Eça de Queiroz, destaca-se Carlos Reis. Cf. REIS, Carlos; FIALHO, Irene; SIMÕES, Maria João. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes (Memórias e notas)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014. p. 12-54. (Edição Crítica das obras de Eça de Queiroz).

humanas no tempo, conforme propôs Paul Ricoeur<sup>6</sup>. Com efeito, interroga-se: qual o potencial das obras de Eça de Queiroz para se pensar na construção de sentidos imputados a Portugal no século XIX? Quais as relações entre sensibilidade estética e compreensão político-social?

Para pensar nessas questões, é possível tratar das obras canonicizadas do prestigiado escritor, mas igualmente produtivo pode ser remexer um pouco nas suas gavetas, naquilo que foi esquecido ou que não ganhou tanta atenção da crítica. Destacam-se as narrativas inconclusivas e engavetadas, considerando que esses enunciados podem revelar escolhas, dúvidas, seleções, estratégias discursivas, escritas (editoriais, culturais), visões de mundo; enfim, um verdadeiro mapa alegórico. Importa aqui o dito e o não dito, o que está materializado no texto, mas, também, os significativos silêncios e interdições.

## 1. Os rascunhos sobre um patife: o romance O Conde d'Abranhos

Dentre os textos literários relativamente inacabados de Eça de Queiroz, evidencia-se *O Conde d'Abranhos*. Essa obra começou a ser elaborada em 1878, mas só foi publicada postumamente, em 1925. Em 23 de junho de 1878, Eça de Queiroz enviou uma carta ao seu editor, Ernesto Chardron (1840-1885), anunciando-lhe que gostaria de dar-lhe as informações sobre um livro que seria a

[...] biografia de um indivíduo imaginário, escrita por um sujeito imaginário.

*O Conde d'Abranhos* – é um estadista, orador, ministro, presidente do Concelho, etc., etc. – que sob esta aparência grandiosa é um patife, um pedante e um burro. O fim do livro pois é – além duma crítica dos nossos costumes políticos – a exposição das pequenezes, estupidezes, maroteirinhas, e pequices que se ocultam sob um homem que o país

---

6 Respectivamente: BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984; RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.v. 1.

inteiro proclama grande. O Zagalo, secretário, é tão tolo como o ministro: e o *piquant* do livro é, que querendo fazer a apologia do seu amo e protetor, o idiota Zagalo, apresenta-nos, na sua crua realidade, a nulidade do personagem. Mas para avaliar este elemento cômico – é necessário ler a coisa<sup>7</sup>.

O personagem Alípio de Abranhos é descrito como um representante dos Noronha, ascendência que, na ficção, remonta às “glórias” da monarquia portuguesa. Uma família que teria convivido de perto com importantes reis de Portugal. Os antepassados mais diretos do personagem, além do mais, combateram com afinco as revoltas liberais das primeiras décadas do século XIX. Nessa ambiência conservadora familiar, o personagem Alípio de Abranhos, futuro conde, foi educado em meio a uma mentalidade beata e tacanha. O narrador biógrafo nos conta que, em Coimbra, Abranhos foi considerado um excelente estudante, a despeito da incompetência explicitada por meio de suas ações mais corriqueiras. Diferentemente da maioria dos coimbrãos representados por Eça de Queiroz, o nobre biografado não se envolvia com a boêmia, era um aluno subserviente e bajulador. Acrescente-se o fato de que o personagem não almejava qualquer conspiração ou transgressão. Contrariamente, defendia a “admirável e a melhor garantia da Ideia Conservadora”<sup>8</sup>.

Configurando-se como um oportunista, o sujeito ficcional frequente os mais diletos salões portugueses galgando favores, custurando interesses e alavancando oportunidades. Casou-se por meio de um arranjo por interesses e conseguiu, apesar de, ou justamente por, ser um “parvo”, ingressar na carreira política. O narrador (biógrafo) é tão ou mais desprovido de intelecto e valores que o próprio “biogra-

---

7 A carta foi publicada pela primeira vez em 1925, pela Livraria Chardron de Lello & Irmão. A versão citada neste artigo provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*. Organização e Notas de Alfredo Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, v. 1, p. 200.

8 Idem. *O Conde d'Abranhos: notas biographicas por Z. Zagallo e; A Catastrophe*. 1. ed. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1925, p. 40. No caso de citação das fontes do século XIX ou início do século XX, optou-se por uma adequação ortográfica, uma vez que a grafia não faz parte do processo de análise. Almeja-se facilitar a leitura do artigo.

fado". Durante toda a trama, desenvolve-se um descompasso entre a narração elogiosa de Zagalo – o narrador personagem – e as ações de seu senhor – o biografado. É feita a tentativa de contar a história de um grande homem público português, mas o que se revela, na verdade, é a trajetória de um verdadeiro "pulha", representante de uma classe política arruinada e arruinadora do país.

Ao final do romance, no entanto, já não se consegue verificar com clareza o descompasso entre a narração e as ações do personagem. As trapalhadas do conde biografado deixam de ser reveladas exatamente no desfecho da obra, quando se descreve a movimentação dos lisboetas frente a invasão do território português por forças militares estrangeiras. Nesse momento, o narrador não mais divide a cena com ações do personagem que o contradiziam. Essa falta de tensionamento entre a ação e a narração torna a ironia dúbia. A univocidade acaba por transformar o ritmo do próprio romance, conferindo ao narrador um discurso moralizador até então inexistente, ou, pelo menos, contradito pelas ações do personagem central. Assume-se um tom grave. Nesse encerramento, especialmente intitulado de "A catástrofe", se afirmava:

Estamos caquéticos! O Governo, a Constituição, a própria Carta tão escarnecida, dera-nos tudo o que nos podia dar: uma liberdade ampla. Era o abrigo dessa liberdade que a Pátria, a massa dos portugueses tinha o dever de tornar o seu País prospero, vivo, forte, digno de independência. [...] Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua indústria, que o Governo escrevesse os seus livros, [...]

Sempre o Governo! [...] E como o Governo lá está para fazer tudo – o País estira-se ao sol e acomoda-se para dormir. Mas, quando acorda – é como nós acordámos – com uma sentinela estrangeira a porta do Arsenal!

Ah! Se nós tivéssemos sabido!

Mas sabemos agora! Essa cidade, hoje, parece outra. Já não é aquela multidão abatida e fúnebre, apinhada no Rossio, nas vésperas da catástrofe. Hoje, vê-se nas atitudes, nos modos, uma decisão. Cada olhar brilha de um fogo contido, mas valente; e os peitos levantam-se como

se verdadeiramente contivessem um coração!<sup>9</sup>

Um desfecho em que os lisboetas acordassem e se dispusessem a ter outra atitude em relação à pátria, no universo ficcional queiroziano só poderia ser uma elaboração de um sujeito limitado como o narrador-personagem. Só a miopia de um “biltre”, que durante todo o percurso narrativo enxergava qualidades inexistentes num “patife”, seria capaz de vislumbrar uma reação positiva como aquela após a “catástrofe”. De acordo com Eça de Queiroz, tratar-se-ia de um narrador-biógrafo que não conseguia discernir um palmo diante de si; e de um biografado tão pequeno quanto o país e a política que se pretendia detratar.

A aristocracia narrada nesse romance é, portanto, colocada como uma das causas da decadência portuguesa, já que, conservadora, mal preparada, portadora de tradições e vícios, não tinha condições de liderar a transformação que se urgia. Muito pelo contrário: Abranhos representa uma fidalguia tacanha, que vive de títulos, de pompa e da relação parasitária com o Estado. Ele é apresentado como um sujeito que, em vez de se abrir para os progressos da época, buscava combatê-los, perpetuando, assim, arcaísmos de uma sociedade que se deteriorava acreditando ser grandiosa.

Mas o desfecho da obra permite outra possibilidade interpretativa, já que se configura certo inacabamento incomum às produções de Eça de Queiroz. Havia algo por se fazer. A aparente resolução aponta, na realidade, para a falta dela. Um final afirmativo era pouco comum entre as obras ecianas que, na maioria das vezes, tendiam a contar com encerramentos sublinhados por uma perplexidade ou uma indagação, quase nunca por uma resposta. Ainda que, em tese, irônica. Aparentemente, a contradição da resposta assinala para a falta de uma pergunta.

O narrador tenta construir a história de um grande homem, mas a cada descrição desenvolvida, as ações do personagem – o biogra-

---

9 QUEIROZ, Eça de. *O Conde...* Op. Cit., p. 286-287.

fado – desmentem as idealizações formuladas pelo biógrafo. No final do romance, porém, essa dinâmica foi quebrada. O narrador-personagem tomou a condução da história com um tom grave e unilateral, fazendo com que o efeito irônico não permanecesse tão claramente colocado como no decorrer da obra. Essa ruptura confere ao romance um efeito de inacabamento. Quais os significados dessas possíveis inconclusões, imprecisões e ambivalências? De acordo com a produção queiroziana, a nobreza secular seria responsável por parte dos problemas enfrentados em Portugal? As tradições, em grande medida encarnadas por esse grupo social, deveriam ser definitivamente superadas em favor dos preceitos do ordenamento liberal?

## **2. Obras inconclusas, críticas inacabadas?** **Trajétórias editoriais e sensibilidade política**

Se o enredo do romance o *Conde d'Abranhos* aponta contradições instigantes, não menos interessante é a história editorial da obra. Começando pelo fato de que o romance foi engavetado pelo autor, já em um estágio avançado de elaboração. Além disso, a família do romancista, depois de sua morte, também relutou em publicar a obra. Especialmente o filho mais velho de Eça de Queiroz, monarquista convicto e responsável pela edição e até pelo acabamento de algumas obras do pai, parece não ter se empolgado com a história de uma nobreza decadente, responsável por arruinar o país<sup>10</sup>. Mas o que explicaria essa interdição? Reservas do autor e de sua família em relação ao conteúdo crítico da obra? Sem descartar essa possibilidade, considero que outras questões se adensam a esse processo enunciativo. A elaboração social da obra, em si, pode ser reveladora.

É importante considerar que a obra *O Conde d'Abranhos* foi elaborada no contexto em que Eça de Queiroz se dedicava a um projeto editorial com o intuito de impulsionar a sua carreira. Em carta endereçada ao seu editor, Ernesto Chardron, em 5 de outubro de 1877, o

---

10 MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 5. ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2009, p. 473-480.

romancista propunha a publicação de uma série de pequenos contos e novelas, “não excedendo 180, 200 páginas, que fosse a pintura da vida contemporânea de Portugal: Lisboa, Porto, as províncias, políticos, negociantes, fidalgos, jogadores, advogados, médicos, todas as classes e todos os costumes estariam nessa galeria”<sup>11</sup>. Esse projeto foi intitulado pelo escritor como: *Cenas da vida real*, *Crônicas do vício*, *Crônicas da vida sentimental* e, finalmente, *Cenas da vida portuguesa*. A ideia inicial (inspirada em *La comédie humaine*, do Balzac) era que fossem publicadas 12 novelas, comercializáveis, de fácil leitura e embaladas por temas impactantes. Tratar-se-ia de obras condensadas, publicadas de dois em dois meses ou, ainda, como o próprio romancista definiu, trabalhos “com tanta pimenta, que fariam sensação em Portugal”<sup>12</sup>.

As pretensões do jovem romancista eram, a um só tempo, criar obras que conquistassem uma ampla audiência, conformando-se, ainda, como um painel crítico sobre a sociedade portuguesa. Nesse último aspecto, vale destacar os objetivos declarados pelo então jovem escritor. Em missiva enviada a Rodrigo de Freitas, em 30 de março de 1878, afirmou:

O que queremos nós com o Realismo? Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em educar segundo o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase a dizer a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. E apontando-o ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo moderno e democrático – preparar a sua ruína. Uma arte que tem esse fim – não é uma arte à Feuille ou Sandeau. É um auxiliar poderoso da ciência revolucionária.<sup>13</sup>

A ideia de elaborar críticas contundentes à sociedade portuguesa faz parte das ambições intelectuais e políticas de Eça de Queiroz e

---

11 A missiva foi publicada pela primeira vez por Aníbal Pinto de Castro, em 1986, pela Lello & Irmão. A versão citada neste artigo provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz...* Op. Cit., p.149.

12 Ibidem, p. 149.

13 Ibidem, p. 188.

de sua geração. Almejava-se explicitar as razões do pretenso atraso lusitano, frente ao desenvolvimento de uma boa parte da Europa – principalmente a França. Nesse sentido, vale considerar que, em meio a uma série de transformações desenvolvidas no “velho continente”, articulou-se uma questão paradigmática: como “regenerar” Portugal?

Desde o Vintismo à consolidação da monarquia constitucional – envolvendo monarquistas (convictos ou reformadores) e republicanos –, a questão da modernização de Portugal estruturou-se como pedra angular. Os movimentos liberais haviam colocado por terra a monarquia de tipo antigo; nas cidades, observavam-se os melhoramentos materiais e, de forma inédita até então, boa parte da população masculina conquistava, paulatinamente, o direito ao voto<sup>14</sup>. É certo que Portugal não ostentava o padrão de vida da Europa setentrional, mantendo pequenas taxas de crescimento econômico, quando comparadas àquelas das principais centralidades da época. Entretanto, conforme destacou Rui Ramos, vivia-se melhor no país em 1911 do que em 1850. Essa melhoria relativa crescia na proporção direta do descontentamento de uma parcela daquela sociedade – nomeadamente, uma classe média, média alta –, que se julgava pertencer ao mundo idealizado de Além-Pirineus<sup>15</sup>.

A geração de Eça de Queiroz, a primeira que nasceu num país livre das guerras e com algum desenvolvimento, passou a creditar ao sistema político-social vigente os dilemas que surgiram (ou que se ratificaram). Esse grupo de escritores partia do princípio de que o pretenso atraso português, tanto em relação ao desenvolvimento econômico quanto no que tange à questão cultural, devia-se às pífiás reformas deflagradas no contexto oitocentista. Frente a essa realidade, formatou-se a ideia de que o liberalismo, além de não resolver os problemas seculares do país, os havia aprofundado por meio de uma

---

14 RAMOS, Rui. Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900). In: CABRAL, Manuel Villaverde; ABOIM, Karin Wall Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (Org.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS, 2008, p. 62.

15 *Ibidem*, p. 65-66.

maquiagem ilusória<sup>16</sup>. Tratar-se-ia de uma modernização de superfície que, além do mais, colocaria em xeque as tradições políticas, religiosas e culturais que tinham conferido algum sentido existencial para aquela sociedade.

Nesse sentido, Eça de Queiroz tinha, pelo menos inicialmente, a ambição de criticar o processo de modernização desenvolvido em Portugal ao longo do século XIX. Tal pretensão alinhava-se a outra meta: a de fazer parte de uma elite intelectual que pudesse, por meio de obras literárias e noticiosas, formar uma nova geração. Nas palavras de Fernando Catroga, Eça e sua geração se colocavam como os “formadores dos formadores”, isto é, aqueles que poderiam engendrar sujeitos preparados para a desejável gestação de uma nova sociedade<sup>17</sup>.

Assim, as pretensões críticas/formativas de Eça de Queiroz, inicialmente, pareciam casar-se com as suas ambições editoriais. A ideia de criar livros de fácil leitura, voltados para o grande público, com temáticas escandalosas que denunciassem as contradições da sociedade portuguesa, atesta essa relação. Por meio de um grande painel literário, acreditava-se ser possível esquadrihar os vícios, as pequenezas e as mazelas dos diferentes protagonistas da sociedade lusitana. Contudo, esse ambicioso horizonte não se realizou. Com o passar do tempo, Eça foi abandonando cada uma das pequenas novelas planejadas, inclusive *O Conde d'Abranhos*. Foi o próprio autor que idealizou essas metas ousadas, entretanto, progressivamente, passou a queixar-se do excesso de trabalho inerente a um ritmo “fabril”. Ao responder rispidamente a uma das cobranças do seu editor, o romanista sentenciou:

Acabo de receber a sua carta. Devo dizer-lhe primeiro de tudo, que

---

16 OLIVEIRA JÚNIOR, Virgílio Coelho de. *O fio de Ariadne: desilusão e sensibilidade política em “Os Maias”*, de Eça de Queiroz. 2018. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 116-117.

17 CATROGA, Fernando. Os caminhos polémicos da geração nova. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 570.

escrevendo-lhe eu sempre, de uma maneira delicada e cortês tenho o direito a estranhar e lamentar que V. Ex.<sup>a</sup> não use da mesma cortesia para comigo.

O nosso último acordo era que eu publicaria *Amaro* em fins de outubro ou começos de novembro, e a *Capital* no princípio do ano. É a este acordo que eu me cinjo e trabalho noite e dia! Como vem agora V. Ex.<sup>a</sup>, esquecendo-o inteiramente, ameaçar-me inesperadamente com uma publicação truncada e irregular do meu livro? [...]

Em lugar de me limitar a corrigir por alto o *Amaro*, estou-lhe a fazer um *livro novo*, de que V. Ex.<sup>a</sup> pode tirar lucros iguais aos do *Basílio*. V. Ex.<sup>a</sup> comprou-me uma segunda edição e estou-lhe preparando um romance inédito! Da *Capital* não falemos; vendi-lhe um volume de *200 páginas* por 20 libras, e estou-lhe a fazer um volume de *600 páginas*! E quando aceitei o seu preço tinham-me oferecido do Brasil 150 libras por um romance meu! Mas para não ser infiel ao editor que me tinha ligado não concluí a transação! E como me trata V. Ex.<sup>a</sup>? Tratando-me como se eu fosse um *escrevinhador assalariado*, que deve produzir tantas páginas por dia, sob pena de ser repreendido!<sup>18</sup>

Além desse incômodo com a proposta serialista outrora ovacionada, o romancista também, continuamente, colocava-se contra a socialização dos hábitos de leitura, base para a ambição do projeto *Cenas da vida portuguesa*. No prefácio do livro *Azulejos*, do seu amigo, Conde de Arnoso (1855-1911), publicado em 1886, Eça deixa-nos clara a sua concepção de leitura e leitor. O escritor afirmava que:

Nos tempos de Voltaire, já depois de *Candide*, mesmo já depois da *Pucelle*, se contentava com cem leitores – tempos que nos devem parecer bem incultos, neste ano da Graça e de voraz leitura em que o *Petit Journal* tira oitocentos mil números, e *Germinal* é traduzido em sete línguas para que o bendigam sete povos – esses cem homens que liam e que satisfaziam Voltaire eram tratados pelos escritores com um cerimonial e uma adulação, que se usavam somente para com os Príncipes de sangue e as Favoritas. Em verdade o Leitor de então, “o amigo leitor”, pertencia sempre aos altos corpos do Estado: o alfabeto ainda não se

---

18 Fragmentos dessa carta foram publicados pela primeira vez em 1986, por Aníbal de Castro, pela Lello & Irmão. A versão citada neste artigo provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz...* Op. Cit., p. 247. Os grifos são meus.

tinha democratizado: quase apenas sabiam ler as Academias, alguns da Nobreza, os Parlamentos, e Frederico, rei da Prússia: e naturalmente o homem de letras, mesmo quando não fosse um poeta parasita do melancólico tipo de Nicolau, ao entrar em relação com esse leitor de grandes maneiras, emplumado, vestido talvez de arminho, empregava todas as formas e todas as graças do respeito, e punha sempre, genuínos ou fingidos, os punhos de rendas de mr. Buffon.<sup>19</sup>

Eça remonta ao século XVIII para tratar de um tempo em que o alfabeto não tinha sido socializado. O romancista destaca um diálogo que o escritor, em tese, estabelecia com o leitor, por meio da obra pautada pelo respeito daquele que escreve para um igual, isto é, um leitor versado, alguém a quem era necessário bajular e conquistar. Tratar-se-ia de um leitor aristocraticamente preparado para receber a obra, que era cortês em sua própria forma. O autor chegava a imaginar as vestimentas e os modos de leitura da época idealizada. A cortesia descrita como necessária provinha do fato de que:

[...] o escritor, há cem anos, dirigia-se particularmente a uma pessoa de saber e de gosto, amiga da Eloquência e da Tragédia, que ocupava os seus ócios luxuosos a ler, e que se chamava "o Leitor": e hoje dirige-se esparsamente a uma multidão azafamada e tosca que se chama o "Público". Esta expressão, "a Leitura", há cem anos, sugeria logo a imagem de uma livraria silenciosa, com bustos de Platão e de Sêneca, uma ampla poltrona almofadada, uma janela aberta sobre os aromas de um jardim: e neste retiro austero de paz estudiosa, um homem fino, erudito, saboreando linha a linha o seu livro, num recolhimento amoroso. A ideia de leitura, hoje, lembra apenas uma turba folheando páginas a pressa, no rumor de uma praça.<sup>20</sup>

Em 1877, uma década antes da elaboração do referido prefácio, precisamente quando o autor estava a trabalhar com a ideia de publicar várias pequenas novelas, incluindo *O Conde d'Abranhos*, Eça de

---

19 QUEIROZ, Eça de. Prefácio. In: PINDELA, Bernardo Pinheiro. *Azulejos*. Porto: Livraria Central de Campos & Godinho – Editores, 1896, p. V-VI.

20 Ibidem, p. VI-VII.

Queiroz enviou uma carta reveladora a Pinheiro Chagas (1842-1895), jornalista com o qual travou embates intelectuais por toda a vida. Nessa missiva, identifica-se a concepção de leitura posteriormente explicitada no prefácio citado. Na carta em destaque, o autor questionava o jornalista Pinheiro Chagas em relação a um falso boato sobre a publicação do romance *O Primo Basílio*. Dizia ele:

Meu caro Pinheiro Chagas.

Se possível fosse meter dentro deste envelope uma punhalada com todos os efeitos trespassantes e homicidas – Você, ao receber esta carta, era um homem morto. Por quê? Para que você não me tivesse causado um susto – e feito um cabelo branco (o que faz seis com cinco que tinha). Para que disse você no seu jornal que o *Primo Basílio* era publicado às folhas? Pode imaginar daí a minha petrificação, ao ler que um livro, *cheio das loucas ambições de um trabalho de arte* – estava sendo servido, a pequenas doses, a 10 réis por garfada, *ao público gorduroso de cozinheiras sentimentais!* Obrigou-me você a crivar de telegramas o meu editor estremunhado, e a enriquecer de mais libra e meia a companhia do Cabo Submarino! E não era verdade, o *Primo Basílio aparecera inteiro, de uma só peça* – um verdadeiro patife em oitavo. Seria muito exigente, pedindo-lhe uma linha de retificação neste sentido?<sup>21</sup>

A partir das duas citações arroladas, é possível perceber que Eça de Queiroz – um dos escritores da língua portuguesa mais prestigiados, lidos e criticados no século XIX – cultivava a ideia de que um romance, editado e publicado como um livro, voltado para um leitor pretensamente douto e não para um público “despreparado”, teria muito mais valor do que as obras socializadas por meio do folhetim, ou mesmo explicitamente voltadas para uma camada da sociedade recém “familiarizada com o alfabeto”. É importante salientar, todavia, que o romancista investiu nessas duas tipologias de obras: escreveu

---

21 A carta foi publicada pela primeira vez na edição do *Diário da Manhã*, de 1º de novembro de 1877. A versão citada neste artigo foi publicada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz ... Op. Cit.*, p. 152. Os grifos são meus.

alguns romances que ele julgava como “obras de arte”, mas, também, planejou, escreveu e rascunhou algumas obras, em tese, voltadas para o “público sentimental que se acotovelava no Chiado”.

Para ser um escritor reconhecido, lido e bem criticado, mas também para conseguir viver das rendas provenientes de um mercado editorial/jornalístico, Eça procurou diversificar ao máximo a sua produção, contudo, o que se observa com o tempo é um progressivo abandono do que o próprio escritor chamava de “pequenas novelas” em favor dos “grandes romances”. Uma a uma das publicações almeçadas e prometidas para o projeto *Cenas da vida portuguesa* foram deixadas de lado. O “escrevinhador assalariado” (como o romancista mesmo se denominou em carta citada) buscava, a todo custo, elaborar uma obra que ele considerava ser “maior”. Essa veio a se concretizar com o romance *Os Maias*. Sobre essa hierarquização entre as obras e suas preferências, o autor, em 15 de julho de 1880, afirmou ao seu editor:

Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão, mil vezes razão, a respeito da *Capital*! Mas que quer? Meti-me nesta empresa dos *Maias*, que deviam apenas ser uma novela, e que se tornaram um verdadeiro romance! E tenho gasto todo este tempo a trabalhar neles! Felizmente vejo para breve o fim desta obra – e então em pouco tempo, querendo Deus, a *Capital* estará pronta. Porque não creia que eu não tenha também trabalhado nela, aqui e além; mas trabalho casual, que pouco adianta: os *Maias* absorviam-me. Findo eles porém, umas poucas de semanas bem aproveitadas bastam para pôr a *Capital* em termos de impressão.

Estimo que o *Mandarim* não tivesse grande sucesso; se o público fosse fazer espalhafato para essa pequena fantasia – então que reservaria para as obras sérias? É necessário em tudo proporção.<sup>22</sup>

Ao ter clareza sobre essa classificação do autor, é possível perceber que o engavetamento do romance *O Conde d’Abranhos*, por exemplo, não se liga apenas a possíveis pudores em relação às críticas direcionadas à aristocracia, tampouco às escolhas fortuitas de um

---

22 Ibidem, p. 287. Os grifos são meus.

escritor que estava construindo a sua carreira. É desejável considerar que o que está em jogo é também a elaboração de uma concepção de leitura, de leitores, que, por sua vez, relaciona-se a uma forma de compreensão da realidade social. Como salientou Rui Ramos, o letramento, no século XIX, é um dos principais critérios adotados no ocidente para o pertencimento, ou não, a uma determinada “comunidade cívica”<sup>23</sup>. Muitas dessas sociedades se apropriando, em maior ou menor grau, dos valores e concepções da cultura política liberal consideravam o grau de letramento dos sujeitos uma das formas de medir a sua autonomia, independência e discernimento para atuar como um cidadão.

Nesse contexto, ler é um ato cívico e escrever uma ação eminentemente política. Eça, ao engavetar pequenas novelas como *O Conde d’Abranhos*, ou ao classificar uma publicação folhetinesca como “menor”, está hierarquizando esses diferentes leitores cidadãos presumidos. O escritor que almejava deixar de ser um “escrevinhador assalariado” para se tornar um autor é o mesmo que, gradativamente, planejava escrever para o que ele definia como “leitor” e não para um “público”. E se o objetivo era, conforme apontado anteriormente, discutir a formação de uma nova geração que pudesse transformar a realidade portuguesa, a própria urdidura da narrativa queiroziana aponta para uma concepção platônica de poder, ou seja, Eça, como boa parte dos intelectuais de sua geração, acreditava que só homens bem formados, por uma elite intelectual da qual julgava fazer parte, poderiam, quem sabe, mudar os rumos de uma sociedade que havia passado por um processo de modernização, considerado pelo próprio escritor como insuficiente.

Não obstante, para além das questões editoriais explicitadas, o engavetamento do romance *O Conde d’Abranhos* marca a delimitação do protagonismo de um determinado sujeito social (o ficcional ou o leitor). O romance inconcluso e não publicado foi o primeiro em que

---

23 RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, v. 24, n. 103-104, p.1067-1145, 1998, p. 1100.

o romancista tratou da aristocracia portuguesa, outorgando-lhe parte das responsabilidades pelo alegado atraso português. Durante os anos de 1870 e 1880, optou preferencialmente pela crítica direcionada à pequena e média burguesia, até que em *Os Maias*, publicado em 1888, o autor voltou a focalizar a nobreza. Dessa vez, todavia, não se tratava de uma aristocracia caquética e arruinada como em *O Conde d'Abranhos*, mas dos *Maias*, uma nobreza que combinava tradições, distinções e glórias seculares, além do mais, geracionalmente educada pelas luzes do século XVIII e pelas ideias liberais do século XIX. Delineia-se, assim, um romance que o próprio autor (e posteriormente a crítica) considerou como a obra literária de maior importância – editada nos moldes considerados mais relevantes – e voltada para o tão almejado “leitor”. Este, em grande medida, presumido pela da própria construção da narrativa queiroziana.

A partir de *Os Maias*, Eça assumiu de vez a aristocracia como a protagonista de suas obras, deixando de lado definitivamente aqueles escritos de outros tempos, inicialmente pensados como parte de um grande painel crítico e voltado para o público mais amplo. Por outro lado, vale ressaltar que, após *Os Maias*, o escritor não publicou mais nenhum outro romance. Socializou apenas alguns parcos e parciais esforços, marcados, em sua franca maioria, por uma relativa ode às tradições seculares da nobreza e da própria monarquia e pelo questionamento das promessas progressistas tão alardeadas ao longo do século XIX. Essa paulatina interdição das obras, associada às escolhas temáticas do autor e as publicações por ele privilegiadas, abrem espaço para algumas perguntas: seria possível transformar a realidade social por meio dos esforços intelectuais? Até que ponto pode-se incluir entre essas possíveis intencões à formação de leitores e à socialização de leituras?

### **3. Entre as patifarias e a tragédia: o ocaso da narrativa e a distopia**

Para levantar uma hipótese possível para o entendimento das questões destacadas, considera-se frutífero contrastar o final afir-

mativo, com uma forte conotação de inacabamento, do romance *O Conde D'Abranhos*; com a grande dúvida, metaforicamente conclusiva e esteticamente elaborada, que marca o desfecho do romance *Os Maias*. Um dos protagonistas dessa trama, Carlos Eduardo, voltou a Portugal depois de uma temporada passada em outros países da Europa, além dos Estados Unidos da América e do Japão – viagem que realizou para tentar superar uma verdadeira tragédia familiar, isto é: a relação incestuosa levada a termo com a sua irmã, Maria Eduarda, e a consequente morte do seu avô, Afonso da Maia. Em Lisboa, anos após essa tormenta, Carlos Eduardo, juntamente com o seu amigo João da Ega, refletiu e concluiu que havia(m) falhado:

– Falhámos a vida, menino!

– Creio que sim... Mas todo mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquela vida que se planeou com imaginação. Dize-se: “vou ser assim, porque a beleza está em ser assim”. E nunca se é assim, é-se invariavelmente *assado*, como dizia o pobre marques. Às vezes melhor, mas sempre diferente. [...]

Uma comoção passou-lhe na alma, murmurou, travando do braço do Ega:

– É curioso! Só vivi dois anos nesta casa, e é nela que me parece estar metida a minha vida inteira!

Ega não se admirava. Só ali no Ramalhete ele vivera realmente daquilo que dá sabor e relevo a vida – a paixão.

– Muitas outras coisas dão valor à vida... Isso é uma velha ideia de romântico, meu Ega!

– E que somos nós? exclamou Ega. Que temos nós sido desde o colégio, desde o exame de latim? Românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão...

Mas Carlos queria realmente saber se, no fundo, eram mais felizes esses que se dirigiam só pela razão, não se desviando nunca dela, torturando-se para se manter na sua linha inflexível, secos, hirtos, lógicos, sem emoção até o fim...<sup>24</sup>

---

24 QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódio da vida romântica. 1. ed. Porto: Livr. Chardon, Casa Editora Lugan & Genelioux Successores, 1888, v. 2, p. 528-529.

A descrença dos personagens somava-se às observações negativas em relação à “sensaboria”, que supostamente grassava em Lisboa. Os dois amigos caminhavam pela capital observando que:

Pela sombra passeavam rapazes, aos pares, devagar, com flores na lapela, a calça apurada, luvas claras fortemente pespontadas de negro. Era toda uma geração nova e miúda que Carlos não conhecia. Por vezes Eça murmurava um ólá!, acenava com a bengala. E eles iam, repassavam, com um arzinho tímido e contrafeito, como mal-acostumados àquele vasto espaço, a tanta luz, ao seu próprio *chic*. Carlos pasmava. Que faziam ali, às horas de trabalho, aqueles moços tristes, de calça esguia? Não havia mulheres. Apenas num banco adiante uma criatura adoentada, de lenço e xale, tomava o sol; e duas matronas, com vidrilhos no mantelete, donas de casa de hospedes, arejavam um cãozinho felpudo. O que atraía pois ali aquela mocidade pálida? E o que sobretudo o espantava eram as botas desses cavaleiros, botas despropositadamente compridas, rompendo para fora da calça colante com pontas aguçadas e reviradas como proas de barcos varinos ...

Porque essa simples forma de botas explicava todo o Portugal contemporâneo. Via-se por ali como a coisa era. Tendo abandonado seu feitio antigo, a D. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidira arranjar-se a moderna: mas sem originalidade, sem força, sem caráter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos de ideias, de calças, de costumes, de leis, de arte, de cozinha... Somente, como lhe falta sentimento de proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciência de parecer muito moderno e muito civilizado – exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até a caricatura.<sup>25</sup>

Em meio a essa atmosfera melancólica, as duas personas ficcionais procuram refletir sobre as suas existências, bem como a dos sujeitos que compõem a paisagem social em que se inserem. Em ambos os casos, como é possível notar, destaca-se a ideia de que certo verniz civilizacional, adotado após o processo de modernização que o país havia passado, não passaria de uma fachada que encobriria uma triste

---

25 *Ibidem*, p. 512-513.

realidade. Nesse cenário pintado como postição, os protagonistas continuam com a divagação sobre aquela realidade.

Riam ambos. Depois Carlos, outra vez sério, deu a sua teoria da vida, a teoria definitiva que ele deduzira da experiência e que agora o governava. Era o fatalismo muçulmano. Nada desejar e nada recluir... Não se abandonar a uma esperança – nem a um desapontamento. Tudo aceitar, o que vem e o que foge, com a tranquilidade com que se acolhem as naturais mudanças de dias agrestes e de dias suaves. E, nesta placidez, deixar esse pedaço de matéria organizada, que se chama o Eu, ir-se deteriorando e decompondo até reentrar e se perder no infinito Universo... Sobretudo não ter apetites. E, mais que tudo, não ter contrariedades.<sup>26</sup>

Eça concordava com a teoria, pois havia se convencido, nos seus “estreitos anos de vida”, sobre a inutilidade de qualquer esforço. Não valia a pena dar um passo para alcançar coisa alguma na terra: tudo se resolvia como já tinha ensinado o Eclesiastes. Estavam descendo a “rampa de Santos” quando Eça afirmou que, mesmo se soubesse haver, à sua espera, embaixo do declive, a fortuna dos Rothschilds, ou da coroa imperial de Carlos V, para ser dele se ele para lá corresse, “não apressava o passo... Não! Não saia deste passinho lento, prudente, correto, seguro, que é o único que se deve ter na vida”<sup>27</sup>. Carlos respondeu que também não se apressava por nada, com uma convicção decisiva e “ambos retardaram o passo, descendo para a rampa de Santos, como se aquele fosse em verdade o caminho da vida, onde eles, certos de só encontrar no fim desilusão e poeira, não devessem jamais avançar senão com lentidão e desdém”<sup>28</sup>. Lembraram-se, nesse instante, que estavam atrasados, pois eram já seis e quinze e eles tinham marcado o jantar às seis em ponto, recomendando aos demais convivas que não se atrasassem. Para chegar ao compromisso o mais

26 Ibidem, p. 530.

27 QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*... Op. Cit., p. 531.

28 Ibidem, p. 531.

rápido possível, Ega avistou o “americano” e afirmou: “– Ainda o apanhamos!”.

Os dois amigos lançaram o passo, largamente. E Carlos, que arrojava o charuto, ia dizendo na aragem fina da face:

– Que raiva ter esquecido o paiosinho! Enfim, acabou-se. Ao menos assentamos a teoria definitiva da existência. Com efeito, não vale a pena fazer um esforço, correr com ansia para coisa alguma...

Ega, ao lado, ajuntava, ofegante, atirando as pernas magras:

– Nem para o amor, nem para a glória, nem para o dinheiro, nem para o poder...

A lanterna vermelha do “americano”, ao longe, no escuro, parara. E foi em Carlos e João da Ega uma esperança, outro esforço:

– Ainda o apanhamos!

– Ainda o apanhamos!

De novo a lanterna deslizou e fugiu. Então, para apanhar o “americano”, os dois amigos romperam a correr desesperadamente pela rampa de Santos e pelo Aterro, sob a primeira claridade do luar que subia.<sup>29</sup>

O ato de correr atrás do “americano” contraria o discurso de inação proferido pelos personagens no final do romance. A inércia dos dois, relacionada à própria crença de que na vida não valia se esforçar por coisa alguma, foi rompida para que fosse possível alcançar o meio de locomoção referido. Precursor do carro elétrico, o “americano”, ou o “carro americano”, era um transporte de carris, movido por tração animal. Criado nos Estados Unidos em 1834 – daí o nome –, esse meio de locomoção foi inaugurado na cidade do Porto em 1872, em Lisboa no ano de 1873, em Coimbra em 1874 e no Funchal em 1893<sup>30</sup>. Trata-se de uma criação que surgiu em Portugal em meio às transformações urbanas desenvolvidas no país, por intermédio de um projeto político que prometia um futuro exitoso: alcançado com o progresso material e a pacificação na política. Ora, não é fortuito e nem irrelevante que os dois personagens, após renunciarem a qualquer esforço,

29 *Ibidem*, p. 531.

30 CAPITÃO, Maria. *Subsídios para a história dos transportes terrestres em Lisboa no século XIX*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974, p. 32-45.

tenham corrido atrás do “americano”, que pode ser pensado como um ícone dos processos de modernização articulados em Portugal.

Essa cena final, de grande carga simbólica e beleza poética, mais do que uma simples contradição, marca a ambivalência característica das narrativas ecianas. Muito além, apresenta-se como o desfecho de um romance elaborado em oito anos (1880-1888), por sua vez, índice de um processo de sensibilidade estética, social e política de toda uma trajetória. É, ainda, a última cena de uma obra publicada integralmente pelo escritor, que os leitores oitocentistas puderam apreciar. O romance *Os Maias* termina com a exclamação, “Ainda o apanhamos!” – e não apenas com a assertiva, “Falhamos a vida!” No entanto, a exclamação derradeira, responsável por um efeito de ambiguidade em relação à esperança, deve ser tomada como uma interrogação. Essa pergunta faz parte do cerne da narrativa de Eça de Queiroz, que foi marcada por um misto de descrença e otimismo, conservadorismo e transgressão, fatalismo sectário e expectativa em uma regeneração (não apenas material, conforme oferta parcial levada a cabo até então pela monarquia liberal, mas, principalmente, cultural). Em *Os Maias*, essa questão ganha a sua entonação mais dramática, a sua envergadura mais elaborada e, ao mesmo tempo, a sua ambivalência mais provocativa. Frente às promessas de progresso do contexto oitocentista, indaga-se: ainda o apanhamos!?

Nesse ponto, é válido contrastar os desfechos dos dois romances apresentados neste artigo. Na obra *O Conde d’Abranhos*, que começou a ser criada por Eça em 1878, encontramos uma ácida crítica direcionada a uma aristocracia tida como parasitária. Ao final desse romance, entretanto, a apreciação foi interrompida (como a própria publicação da obra), desenvolvendo-se uma construção única em toda a produção literária do autor: a representação de uma ação positiva dos portugueses que, depois de um sono profundo, teriam acordado, enfim, para mudar a realidade da “pátria”. O inacabamento da passagem em questão, bem como sua desarticulação em relação ao restante do texto, enfraquece o efeito irônico, mais perceptível no desenrolar da trama. Já no romance *Os Maias*, efetivamente publicado dez anos depois, a aristocracia é novamente a protagonista, mas, dessa vez, como um grupo social que, a despeito dos problemas nacionais, é

representado por uma família de tradições basilares associadas à melhor formação do século, isto é, embalada pelas Luzes setecentistas e pelas ideias mais progressistas do século XIX. Se no *Conde d'Abranhos* deparamo-nos com um romance inconcluso (e interdito), que trata de uma nobreza que contribuía para o atraso português em função da sua falta de preparo e moral, em *Os Maias* somos convidados a refletir sobre uma aristocracia que, mesmo condensando em si o que poderia haver de melhor, falhou.

Nesse sentido, poderia se afirmar que entre o inacabamento do primeiro romance, elaborado e abandonado em 1878; e a segunda obra, efetivamente publicada em 1888, parece se solidificar a noção de que não haveria ação ou sujeito social capaz de regenerar Portugal. Nesse intervalo, Eça dedicou-se, principalmente, ao desenvolvimento de críticas ferozes à burguesia lusitana, em meio a um projeto que visava, conforme se viu, a publicação de várias novelas, voltadas para o grande público. Aos poucos, porém, o autor foi deixando de lado tal pretensão editorial e formativa, dedicando-se a uma grande obra (ou, como ele mesmo definiu, “um romance de verdade”), protagonizada pela nobreza – essa espécie de última aposta, de reserva moral, inicialmente, preservada pelo próprio Eça com o engavetamento do *Conde d'Abranhos* – e voltada para o “leitor” idealizado – e não para o público de “cozinheiras sentimentais”.

Com efeito, pode-se dizer que a narrativa queiroziana delinea-se por meio de dois importantes aspectos: por um lado, não haveria sujeito social capaz de transformar a realidade portuguesa, nem mesmo a nobreza reeducada e esclarecida, conforme a (re)elaboração desenvolvida entre a publicação de *O Conde d'Abranhos* e *Os Maias*; por outro, a própria narrativa literária, como forma de compreensão e formação de uma realidade diferenciada, havia igualmente fracassado.

Nesse ponto, é válido colocar em relevo a própria função da narrativa para a construção de sentidos sobre a realidade. Assumindo como referência a tradição fenomenológico-hermenêutica constituída por autores como François Hartog, Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Hans Ulrich Gumbrecht, Jörn Rüsen, Reinhart Koselleck (1923-2006), Paul Ricoeur (1913-2005) e Walter Benjamin (1892-1940),

considera-se a narrativa não apenas como uma elaboração social e cultural sobre o real, mas, isso sim, uma forma de orientação do nosso ser no tempo.

Especialmente sobre esse entendimento, Paul Ricoeur, por meio de uma discussão ligada à filosofia da linguagem, procurou afirmar a narratividade como a forma de expressão da própria historicidade. Para o autor “existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da existência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural”.<sup>31</sup> Para fundamentar sua hipótese, o filósofo busca na tradição filosófica:

Reflexões sobre dois tipos de tempo, o cósmico, objeto da física e de pensadores como Aristóteles e Kant e o vivido, o íntimo, definido inicialmente por Agostinho e Husserl. Para os primeiros, o tempo é concebido como movimento de um corpo. Para os segundos, como distensão da alma. Tais tempos, pela sua própria natureza abstrata, seriam intangíveis. Corresponderiam ao que Ricoeur chama de tempo *pré-configurado*. Um tempo onde tudo está acontecendo. Múltiplas histórias ocorreriam de modo concomitante, ao mesmo tempo, emaranhadas num amplo tecido de vidas imbricadas sem uma lógica que as articule e lhes dê sentido.<sup>32</sup>

Existiria, além desses dois tempos intangíveis (o cósmico e o vivido), um terceiro tempo, elaborado na interseção dos outros dois. Trata-se do tempo construído pela narrativa. Para Paul Ricoeur, o tempo da narrativa seria o tempo humano por excelência, visto ser esse acessível por meio da linguagem. Sua função é dar significado aos acontecimentos, retirá-los do caos em que *a priori* se encontram. O tempo vivido seria inalcançável, sendo a narrativa uma concordância lógica da discordância vivida, ou seja, uma intriga, uma composição que faz concordar o que inicialmente não se liga: os diversos tempos discor-

31 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa...* Op. Cit., p. 85.

32 NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA: São Paulo: Unesp, 2009, p. 137.

dantes pré-configuracionais<sup>33</sup>. A narrativa é uma construção poética que possibilita o reconhecimento da experiência vivida, exatamente em função de seu caráter mimético<sup>34</sup>. Essa configuração, tipicamente humana, seria fundamental para se desvendar o mundo.

O tempo “torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge o seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal [...] não haveria tempo que não fosse narrado”<sup>35</sup>. Essa racionalização que o homem confere ao tempo foi denominada pelo autor como “inteligência narrativa”. Retomando alguns pressupostos de Martin Heidegger (1889-1976), Paul Ricoeur afirmou que todas as narrativas são formas de construção do nosso ser no tempo, e isso significa considerar que as diferentes formas de narração, mais ou menos ficcionais, com maior ou menor número de referências verificáveis em relação ao “real”, são recriações humanas para dar sentido e inteligibilidade ao mundo. Essas intrigas, portanto, reconfiguram uma experiência humana confusa e, por isso mesmo, dependente da mediação.

Ricoeur destaca a existência de três importantes narrativas criadas ao longo da história humana: o mito (que teria sido sistematizado principalmente a partir da *Poética* de Aristóteles); a ficção narrativa; e a produção historiográfica. Todas elas teriam na intriga sua estruturação básica e seriam pautadas por diferentes formas de mediação com o real. Em vez de pensar nessas variadas mediações, os pesquisadores teriam promovido, em função de uma crescente racionalização, uma cisão entre a ficção e a produção do conhecimento científico. Dentre os campos do saber que embarcaram nessa separação estaria a disciplina História. Diferentemente do divórcio, o autor propõe uma análise relacional: o tempo configurado (a narração) não seria uma contraposição ou desvirtuamento do tempo pré-configurado (a realidade que antecede a narrativa). Haveria uma continuidade e com-

---

33 REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 70.

34 *Ibidem*, p. 70-71.

35 DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 70.

plementariedade entre as estruturas pré-configuracionais (que ainda não passaram pelo processo de inteligibilidade próprio da operação narrativa) e as atividades de configuração (a construção da narração). "Narrar, seguir, compreender histórias é só a continuação dessas histórias não ditas"<sup>36</sup>.

Ao conceber uma realidade pré-existente e a narração, Paul Ricoeur não elimina o referente. Para ele a realidade não se encerra no texto. De outra maneira, é levado em conta o papel da narrativa para a gestação do mundo tal como nós o percebemos, vivemos e reconstruímos continuamente. Segundo o autor:

Não que tudo seja linguagem, como é dito às vezes, com excesso, nas concepções em que a linguagem perdeu sua referência ao mundo da vida, àquele da ação e comunicação entre as pessoas. Mas, se nem tudo é linguagem, tudo, na experiência, não adquire *sentido* senão sob a condição de ser levado à linguagem.<sup>37</sup>

Como se apontou anteriormente, o filósofo parte dos pressupostos de uma fenomenologia hermenêutica, isto é: o fenômeno é o que aparece, e não o que se mostra (fenomenologia) e exige interpretação (hermenêutica)<sup>38</sup>. Ricoeur se apoia e aperfeiçoa a fenomenologia de Husserl. A premissa é de que a consciência é intencional, é sempre consciência de alguma coisa: ela percebe fenômenos exteriores e, ao reconhecê-los, percebe a si mesma. O pensamento se renova no curso da própria vida. Essa noção conecta-se a uma perspectiva de análise que busca salientar a vida longa da interpretação dos signos, dos símbolos e dos textos, que deveriam ser compreendidos como integrantes de um processo humano mediado pelas configurações narrativas.

---

36 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa...* Op. Cit., p. 115.

37 Idem *apud* MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa e verdade*. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 46.

38 REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico...* Op. Cit., p.30.

Para tratar da tessitura da intriga, que dá coerência e sentido ao mundo, Ricoeur procurou sistematizar o que chamou de *triples mimeses*. A primeira mimese seria a pré-compreensão humana, mediada pela linguagem e desferida por sujeitos que possuem motivações. Trata-se da existência pré-configuracional, que demanda uma narração, entendida como organização/composição que vai alinhar o que inicialmente é irreconciliável. Existe um mundo em ação, que possui uma estrutura narrativa implícita, mas que precisa ser configurada. Tal processo se dá a partir da segunda etapa (ou segunda *mimeses*), que é precisamente a composição textual, a tessitura do enredo, que funciona como um pivô mediador entre o primeiro estágio e o terceiro.

Essa terceira fase, por sua vez, é a refiguração: a leitura, entendida como o momento em que o leitor se apropria do texto: esse vivido, tornado inteligível por meio da configuração narrativa. A reconfiguração (*mimeses* três) completa o ciclo hermenêutico de compreensão do mundo e, ao atuar nessa operação de inteligibilidade, o leitor toma consciência da realidade e de si mesmo. Pode vir inclusive a se transformar. A construção da narrativa envolveria, com efeito, a análise de processos anteriores e posteriores à elaboração da intriga em si, afirmando-se a necessidade de se “reconstruir o conjunto de operações pelas quais uma obra emerge do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda o seu agir”<sup>39</sup>.

A elaboração do texto, em si, é entendida como uma das dinâmicas sociais que dão forma às narrativas. A partir dessa concepção, é possível relativizar a pretensa descontinuidade entre a narrativa e a realidade: como se esta fosse determinante, externa ou apenas apropriada por aquela, ou, ainda, como se não houvesse realidade para além do texto. Para Ricoeur, existe uma estrutura formal da narrativa (a sua configuração) e uma estrutura da ação. As narrativas se materializam por meio de diferentes formatos (textuais, imagéticos, orais). Antes dessa estruturação, porém, existe uma ação humana que

---

39 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa...* Op. Cit., p. 106.

contém elementos basilares para a edificação posterior. A narrativa começa a ser construída na própria ação humana, pois existe uma estrutura implícita nesse agir: “a ação já possui em sua própria vivência uma estrutura narrativa implícita [...] Ninguém se perde no vivido, o que supõe que haja uma tácita pré-compreensão da existência”<sup>40</sup>. Se as bases da narração se encontram na ação, a construção da coerência acaba demandando a configuração, isto é, a organização desses elementos pré-estruturados. Nesse sentido, a ação se distingue, aqui, do movimento físico, pois é

[...] mediada por linguagem e produzida por sujeitos que possuem motivos – eles explicam por que alguém fez alguma coisa –, projetos, objetivos, circunstâncias que, por sua vez, levam à interação e à cooperação, ou à competição e à luta. Segundo a *Poética*, a intriga *imita* – de maneira criativa e não reprodutiva – essa estrutura do agir e sofrer humanos. A mesma inteligência que utilizamos para compreender a ação é empregada para seguir uma história.<sup>41</sup>

O conceito de narrativa, tal como elaborado por Ricoeur, abre a possibilidade de pensar a obra literária como parte de uma dinâmica social de compreensão da realidade. E compreender, aqui, significa edificar. Assim, pensa-se a obra literária como parte dos processos que conformam um dado contexto político, cultural e social, na medida em que tal obra pode ser pensada como configuração de narrativas sociais em elaboração. Trata-se de uma forma de dar sentido ao passado e à própria existência.

Com efeito, a narrativa literária de Eça de Queiroz – em sua própria urdidura – revela um processo de construção de sentidos sobre a realidade portuguesa. A elaboração estética confunde-se, assim, com um processo de orientação social. Essa compreensão ajuda a pensar na narrativa configurada, mas também no seu processo de elaboração. No caso analisado neste artigo, é relevante considerar os significados

---

40 REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 292.

41 MENDES, Breno. *A representância...* Op. Cit., p. 65.

do que foi efetivamente publicado pelo autor, mas também, como se explicitou, aquilo que foi engavetado. Entre textos queirozianos deixados de lado e aqueles que efetivamente se concretizaram como enunciados sociais, configura-se o fracasso da possibilidade de se vislumbrar uma compreensão e transformação da sociedade lusitana.

Esse falhanço pode ser verificado, primeiramente, na interdição dos projetos editoriais do início da carreira do escritor, mas, da mesma maneira, por meio da história editorial construída após a publicação de *Os Maias*. Importante salientar que Eça de Queiroz não publicou nenhum romance depois dessa obra socializada em 1888. Conforme apontado, o autor publicou apenas fragmentos, contos e pequenos excertos, mas nenhum romance finalizado. Dentre essas obras engavetadas ou parcialmente engavetadas, destacam-se: *A correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A ilustre casa de Ramires* (1900) e *A cidade e as serras* (1901), ambas publicadas postumamente com alterações realizadas principalmente pelo “revisor” e “amigo” de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão (1836-1915).

O relativo ocaso da narrativa de Eça de Queiroz é exemplarmente enunciado por um de seus personagens, Fradique Mendes. Esse sujeito ficcional afirmou: “[...] Só se podem produzir formas sem beleza: e dentro dessas mesmas só cabe metade do que se queria exprimir, porque a outra metade não é redutível ao verbo”<sup>42</sup>. O verbo humano seria impotente para (re)elaborar a realidade. Essa complexa questão metalinguística foi elaborada por meio da própria tessitura da narrativa queiroziana, articulando-se, além do mais, à forma como o romancista procurou dar sentido à realidade portuguesa<sup>43</sup>. A impossibilidade de (re)criar a existência por meio da obra literária, se articula à concepção de que a sociedade portuguesa não poderia regenerar-se por si só. A “morte da narrativa” configura-se com e por meio de uma forma de conceber a realidade social.

---

42 QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1900, p. 111.

43 REIS, Carlos; FIALHO, Irene; SIMÕES, Maria João. *Introdução...* Op. Cit., p. 25.

Carlos da Maia pode ser pensado como o último representante de uma aristocracia qualificada (e que deveria ser também, qualificante). A sua aparente falha, além de colocar em xeque uma concepção regenerativa, relaciona-se ao ocaso da narrativa. Se não era mais possível conceber um agente social regenerador, tampouco seria plausível apostar no trabalho intelectual como forma de alcançar tal intento. Nesse sentido, a narrativa eciana aponta para a impossibilidade de que qualquer esforço civil (incluindo a obra literária), pudesse ser cogitado como forma de mudança do destino da sociedade portuguesa.

Essa questão pode ser melhor apreendida a partir de uma ação iniciada por meio dos personagens centrais da obra *Os Maias*, mas concretizada pelo próprio Eça de Queiroz. Refere-se à criação de uma revista literária que, inicialmente, nos é apresentada por Carlos da Maia e João da Ega. Os dois personagens, em meio às suas diversões em Lisboa, planejavam a criação “de uma Revista, que dirigisse o gosto, pesasse na política, regulasse a sociedade, fosse a força pensante de Lisboa”<sup>44</sup>. Algum tempo depois, Carlos procurou lembrar o amigo do intento, mas Ega ocupava-se com suas relações amorosas, deixando sempre em segundo plano a criação do periódico. Em outro momento, foi a vez de Carlos da Maia preterir o projeto, que só era pauta da conversa entre os dois amigos em momentos muito pontuais. No auge do seu amor por Maria Eduarda, o protagonista:

[...] lembrou então a sua velha ideia do Cenáculo, representado por uma *Revista* que dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, remocasse o carrancoso Portugal... Carlos, pelo seu espírito, pela sua fortuna (até pela sua figura, ajuntava o Ega rindo) devia tomar a direção deste movimento. E que profunda alegria para o velho Afonso da Maia!<sup>45</sup>

Essa revista, marcada por grandes ambições, não foi criada pelos personagens da trama ficcional, mas tornou-se iniciativa do próprio

---

44 QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*... Op. Cit., p. 171.

45 *Ibidem*, p.523.

Eça de Queiroz, em 1889, um ano após a publicação de *Os Maias*. Antes disso, ainda em 1888, Eça contava a Oliveira Martins (1845-1894) os planos para a criação do novo magazine. Em carta datada de 15 de agosto do referido ano, confessou ao amigo:

Mas entre os meus motivos para desejar Paris, avulta agora um. Tu perguntavas-me há tempo, qual era esse plano em que eu te destinava um *beau rôle*. É uma Revista – uma grande Revista, nas proporções da Revista dos Dois Mundos,<sup>46</sup> uma obra de caráter nacional que possivelmente será lançada pela Casa Chardron, e que certas condições especiais de *imprimerie* nos obrigam a imprimir em Paris. [...] Eu desejo fazer dessa publicação, querendo Deus, uma verdadeira obra nacional, colaborada por tudo o que há de melhor, em todas as especialidades, e mostrando enfim que Portugal não é tão estúpido como por aqui se pensa.<sup>47</sup>

Como é possível perceber, Eça apresenta ao amigo ambições muito próximas daquelas acalentadas pelos personagens criados por meio de sua pena. Pretendia instituir uma revista que fosse referência em Portugal, mas que também adentrasse outras paragens europeias. Ainda no diálogo travado com Oliveira Martins, afirmou:

Demais a Revista seria o órgão dos nossos interesses, perante a Europa, porque uma parte destinada a essa função seria em francês e por engenhoso sistema, a Revista penetraria em todas as chancelarias da Europa, e nos gabinetes de todos os homens importantes desde Bismarck até o Papa! Há dois meses que isto se estuda: a Casa Chardron vê aí um bom *succès d'argent*; eu creio que se podia fazer disto uma coisa importante e patriótica.<sup>48</sup>

---

46 As diferentes apropriações da *Revue des Deux Mondes* merecem uma atenção cuidadosa. Dentre os esforços realizados nesse sentido, destaca-se: DUTRA, Eliana de Freitas. The *Revue des Deux Mondes* in the context of transatlantic exchanges. In: ABREU, Márcia; SURIANI DA SILVA, Ana Cláudia (Org.). *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book Trade, and Reading in the Transatlantic World*. 1. ed. London: New York: Tauris & Co. Ltd, 2016. p. 112-138.

47 Carta publicada pela primeira vez por José Maria Henriques d'Eça de Queiroz, em 1945, pela Editorial Aviz. A versão citada neste artigo provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz...* Op. Cit., p. 571.

48 *Ibidem*, p. 571.

Eça de Queiroz lançou esse periódico, intitulado *Revista de Portugal*, dirigindo-o entre 1889 e 1892. Esse projeto, tal como aquele vislumbrado pelos personagens Carlos e João da Ega, guardava grandes ambições, dentre elas, o estabelecimento de uma referência para os debates literários e para o campo político. Publicaram-se vários artigos – dos mais diferentes colaboradores –, destacando-se um texto de autoria de Eça de Queiroz em homenagem ao rei D. Luís. O artigo foi publicado no primeiro número da revista, em novembro de 1889, um mês após a morte do monarca. O articulista não poupou elogios ao rei e ao seu reinado.

Com El-Rei D. Luís finda um período interessante de nossa História. Durante ele Portugal, emergindo *da anarquia doutrinária que o desmantelava desde 1820*, consuma o seu desquite com o passado, quebra o seu pacto com os ideólogos, – e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e inéditos males, *no caminho do Utilitarismo, do Fomento e do Progresso Material*. Para presidir a esta *Revolução*, que cobriu a terra de instrumentos de riqueza e radicou na gente a importância dos interesses, El-Rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congênere e perfeito. Daí proveio, entre o Rei beneficentemente inclinado às Reformas e o Reino que ardentemente se reformava, uma harmonia sólida e séria, que em vinte e oito anos não sofreu uma interposição, nem foi toldada por uma sombra.<sup>49</sup>

Nesse artigo, Eça revela uma faceta até então inédita em sua trajetória intelectual: fez um grande elogio à modernização econômica que o país havia passado, deixando clara a sua visão sobre os processos revolucionários de 1820, que comporiam uma “anarquia doutrinária”. Dos males desse período, o país teria caminhado para o “Utilitarismo e o Progresso Material”. Não bastasse essa ode às reformas (que durante muito tempo foram consideradas pelo autor como uma falsa transformação, um processo de superfície), tecem-se previsões

---

49 QUEIROZ, Eça de. *Textos de Imprensa VI: Revista de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 51. (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa). Os grifos são meus.

sobre a possibilidade de um papel renovado da autoridade monárquica a partir da investidura de um novo rei, D. Carlos.

Começa este reinado no momento em que, *pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes, – o Rei surge como a única força que no País ainda vive e opera*. E por isso mesmo que a autoridade vital, que, desde 1820, se escoara do trono e se espalhou pelas instituições democráticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluir ao trono para nele se condensar de novo – e o reinado abre entre dificuldades, que lhe impõem responsabilidades. Os deveres de El-Rei, nestas condições, encontrarão certamente no seu patriotismo a inspiração mais segura e mais pura.<sup>50</sup>

Nesse texto, Eça de Queiroz explicita qual é a sua aposta política. Depois de traçar o percurso de degeneração da sociedade portuguesa, após constatar que havia um grande “enfraquecimento das vontades”, o autor acreditava que a tendência seria a concentração de poderes na figura do monarca. A narrativa literária representa um mapa alegórico sobre esse processo de desilusão em relação à sociedade civil, demarcando o caminho tortuoso rumo a uma saída que ultrapassasse a situação de estagnação que se colocava. A produção literária que culmina na obra *Os Maias* representa uma expectativa derradeira em relação às energias cívicas transformadoras: materializadas por meio do protagonismo ficcional de uma determinada elite que deveria ser qualificada e qualificante, mas também por intermédio do artefato literário, em si, um projeto formativo. Frente ao insucesso desses derradeiros sujeitos e processos, somente o rei, a “única força que vive e opera”, poderia galgar algum êxito. Nesse sentido, não são fortuitos os nomes dos personagens das três gerações de *Os Maias*: Afonso, Pedro e Carlos. Eles remontam a monarcas importantes da história do reino de Portugal, culminando com o nome “Carlos”, o mesmo daquele que seria então coroado pouco depois do lançamento do referido romance.

---

50 QUEIROZ, Eça de. *Textos de Imprensa...* Op. Cit., p. 53.

A configuração da narrativa se confunde com a forma como um dos mais importantes escritores da língua portuguesa procurou compreender e (re)elaborar o contexto oitocentista. Entre os rascunhos e obras parcialmente acabadas, abandonadas pelo autor (como *O Conde d'Abranhos*), e a publicação do seu último romance em vida, *Os Maias*, Eça de Queiroz nos revela traços importantes da forma como uma parte da *intelligentsia* portuguesa elaborou sentidos para a existência. Por meio da urdidura das narrativas queirozianas delineiam-se caminhos, dúvidas e críticas às promessas e impasses criados a partir dos processos de modernização desenvolvidos no contexto da monarquia liberal. Mais do que rascunhar e publicar textos e livros, são imaginados horizontes, construídas utopias e distopias, que ajudaram a dar sentido à realidade e colaboraram para a construção do Portugal oitocentista.

## **Bibliografia**

- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAPITAO, Maria. *Subsídios para a história dos transportes terrestres em Lisboa no século XIX*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.
- CATROGA, Fernando. Os caminhos polemicos da geração nova. In: MATTO-SO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. p. 569-582.
- DOSSE, François. *A história a prova do tempo*. São Paulo: Unesp, 2001.
- DUTRA, Eliana de Freitas. The Revue des Deux Mondes in the context of transatlantic exchanges. In: ABREU, Marcia; SURIANI DA SILVA, Ana Cláudia (Org.). *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book Trade, and Reading in the Transatlantic World*. 1. ed. London: New York: Tauris & Co. Ltd, 2016. p. 112-138.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz: elementos básicos*. São Paulo: USP; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa e verdade*. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queiroz*. 5. ed. Lisboa: Quetzal Editores,

2009.

- NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: NOVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematografo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA: São Paulo: Unesp, 2009. p. 133-146.
- OLIVEIRA JUNIOR, Virgílio Coelho de. *O fio de Ariadne: desilusão e sensibilidade política em "Os Maias", de Eça de Queiroz*. 2018. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- QUEIROZ, Eça de. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 1. ed. Porto: Livr. Chardron, Casa Editora Luga & Genelioux Sucessores, 1888. 2.vol.
- QUEIROZ, Eça de. Prefácio. In: PINDELA, Bernardo Pinheiro. *Azulejos*. Porto: Livraria Central de Campos & Godinho – Editores, 1896.
- QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Porto: Chardron de Lello & Irmão Editores, 1900.
- QUEIROZ, Eça de. *O Conde d'Abranhos: notas biográficas por Z. Zagallo e; A Catastrophe*. 1. ed. Porto: Livraria de Chardron de Lello & Irmão, 1925.
- QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*. Organização e Notas de Alfredo Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008. 2. v.
- QUEIROZ, Eça de. *Textos de Imprensa VI: Revista de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009. (Edição crítica das obras de Eça de Queiros. Textos de Imprensa).
- RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, v. 24, n. 103-104, p.1067-1145, 1998.
- RAMOS, Rui. Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900). In: CABRAL, Manuel Villaverde; ABOIM, Karin Wall Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (Org.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS, 2008. p. 51-69.
- REIS, Carlos; FIALHO, Irene; SIMOES, Maria João. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes (Memórias e notas)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014. p. 12-54. (Edição Crítica das obras de Eça de Queiros).
- REIS, José Carlos. *História da "consciência histórica" ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. v. 1.

SCARPELLI, Marli Fantini; OLIVEIRA, Paulo Motta (Org.). *Os centenários: Eça, Freyre e Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Lembrar e esquecer: a memória de Portugal na cultura modernista brasileira. *Revista Semear*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 69-86, 2001.